



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CADERNO DE ENCARGOS

Processo nº 20/CPI/DA/DCP/2021

**Aquisição de Serviços Postais ao abrigo do regime disposto no artigo 250º - A a
250º - C do CCP, por remissão do artigo 6º A**



PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

CAPÍTULO I – Disposições Gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento ao abrigo do disposto nos artigos 250º - A a 250º - C, por remissão do artigo 6º, todos do CCP, mediante publicação de anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, e que tem por objeto a **“Aquisição do Serviço Postal”**, melhor especificados nas cláusulas técnicas deste caderno de encargos.

2. A aquisição do serviço postal compreende o envio, no âmbito nacional e internacional, de correspondências postais e de encomendas postais até 10 kg de peso.

3. A aquisição do serviço postal integra as seguintes operações, definidas no n.º 1 do artigo 4.º da Lei 17/2012, de 26 de abril, na sua versão atual:

a) Aceitação, entendendo-se como tal o conjunto de operações relativas à admissão dos envios postais numa rede postal, nomeadamente à sua recolha pelos prestadores de serviços postais.

b) Tratamento, que consiste na triagem dos envios postais para o seu transporte até ao centro de distribuição da área a que se destinam.

c) Transporte, que consiste na deslocação dos envios postais, por meios técnicos adequados, desde o ponto de acesso à rede postal até ao centro de distribuição da área a que se destinam.

d) Distribuição, a qual consiste no conjunto de operações realizadas desde a divisão dos envios postais, no centro de distribuição da área a que se destinam, até à entrega aos seus destinatários, pessoas singulares ou coletivas a quem é dirigido um envio postal.

Cláusula 2.^a

Preço base

O preço base do presente procedimento é de 749.897,31€ (setecentos e quarenta e nove mil oitocentos e noventa e sete euros e trinta e um cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 3.^a

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os termos do suprimento dos erros e das omissões do caderno de encargos, identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;

c) O presente caderno de encargos;



- d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 da presente cláusula e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), alterado e republicado pelo decreto-lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e na sua versão atual

Cláusula 4.ª

Relação Contratual

1. A relação contratual decorrente do ato de adjudicação e do contrato é constituída pelas seguintes entidades:
- a) O contraente público: Município de Lisboa e
 - b) O cocontratante: a quem é adjudicada e contratada a aquisição de bens/serviços.
2. Sempre que se faça referência a decisões ou procedimentos do contraente público, entender-se-á que estas são tomadas pelos dirigentes desta com competência para o efeito.

Cláusula 5.ª

Vigência do contrato

1. O contrato iniciará a sua vigência no dia 1 de janeiro de 2022 e vigorará por um ano, ou seja, 365 dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O contrato considera-se cumprido, e em consequência extinto, se antes do decurso do prazo referido no número anterior da presente cláusula, pelo cumprimento das obrigações do cocontratante, o contraente público tiver procedido ao integral pagamento do preço contratual (constante da proposta adjudicada), sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
3. A extinção do contrato pelo decurso do tempo, a que se referem os números anteriores, não confere ao cocontratante o direito a qualquer indemnização, no caso de o valor do contrato não atingir o montante do preço contratual.

CAPÍTULO II - Obrigações contratuais

SECÇÃO I - Obrigações do cocontratante

Cláusula 6.ª

Obrigações principais

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos e proposta, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
- a) Proceder à prestação de serviços objeto do contrato, no período contratado;
 - b) Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à entidade adjudicante e a



terceiros, que resultem das suas atividades exercidas no âmbito do contrato;

c) Manter inalteradas as condições da prestação de serviços, salvo nos casos previstos no presente caderno de encargos;

d) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que a prestação de serviços é efetuada e ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;

e) Comunicar ao contraente público, até ao prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o seu conhecimento, qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação dos serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

f) Prestar toda a informação a que esteja obrigado no âmbito do presente caderno de encargos, bem como toda a informação adicional respeitante aos serviços em causa que lhe for solicitada pelo contraente público, através do gestor do contrato, de acordo com o consubstanciado no artigo 290.º-A do CCP.

g) Respeitar os horários de funcionamento dos Serviços do contraente público;

h) Assegurar com qualidade, os serviços que integram o objeto do presente caderno de encargos;

i) Cumprir os requisitos e níveis de serviço previstos no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada;

j) Aplicar todos os meios ao seu dispor, no sentido de prestar um serviço com elevados parâmetros de qualidade, eficácia, segurança e resiliência;

k) Cumprir com toda a legislação e regulamentação aplicável em vigor, ou que vier a entrar em vigor, entre as quais, a Lei n.º 17/2021, de 26 de abril, na sua versão atual;

l) Comunicar ao contraente público, até ao prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o seu conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do presente procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;

m) Reduzir automaticamente os preços dos serviços e cumprir novos Níveis de Serviço, em função de alterações determinadas pela entidade reguladora (ICP – ANACOM), durante a vigência do contrato a celebrar, bem como por força do disposto em normas legais nacionais ou comunitárias;

n) Comunicar ao contraente público na data da assinatura do contrato, a nomeação do gestor de serviço responsável pela gestão do contrato e, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o seu conhecimento, quaisquer alterações relativamente à sua nomeação.

2. A falta de cumprimento do disposto nos números anteriores torna o cocontratante responsável por todas as consequências que daí advenham.

Cláusula 7.ª

Local da prestação de serviços

Os serviços objeto do contrato devem ser prestados em Lisboa, Portugal.

Cláusula 8.ª

Patentes, Licenças e Marcas registadas

1. São da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas, patentes ou licenças registadas.

2. Caso o contraente público venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o cocontratante deve indemnizá-lo de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.



Cláusula 9.^a

Dever de sigilo

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 (três) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 10.^a

Atualizações jurídico-comerciais

1. O cocontratante deve comunicar ao contraente público qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente:
 - a) Os poderes de representação dos seus mandatários no contrato;
 - b) A sua denominação e sede social;
 - c) A sua situação jurídica;
 - d) A sua situação comercial.
2. O cocontratante obriga-se durante a vigência do contrato a manter regularizadas as obrigações fiscais para com o Estado Português e as obrigações contributivas no âmbito do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social Português, ou do Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecido.

Cláusula 11.^a

Responsabilidade do cocontratante

1. O cocontratante é responsável, a título criminal e civil, objetiva ou subjetivamente, ou outra, por todos os prejuízos e danos, patrimoniais e não patrimoniais, causados ao contraente público ou a terceiros que, por qualquer motivo, resultem da sua atividade, atuação dos seus trabalhadores ou deficiente execução dos serviços/ objeto do contrato.
2. O cocontratante é responsável pela contratualização dos seguros legalmente exigíveis, incluindo os referentes à responsabilidade civil.



Cláusula 12.^a

Níveis de serviço

1. O cocontratante deverá cumprir os requisitos referidos nos números seguintes.
2. O cocontratante deverá assegurar um serviço de apoio a clientes, disponível todos os dias úteis, das 9h às 18h, mediante disponibilização de um endereço de correio eletrónico e de um número de telefone.
3. O cocontratante deverá apresentar os relatórios mencionados na cláusula 29^a do presente caderno de encargos, obedecendo à periodicidade de envio, estrutura e conteúdo aí especificadas.
4. O cocontratante deverá garantir o cumprimento dos prazos de entrega abaixo definidos, medidos em número de dias úteis, após o dia da aceitação dos objetos postais:
 - a) Correio normal nacional (até 20 g) – 3 (Continente, Madeira e Açores)
 - b) Correio azul nacional (até 20 g) – 1 (Continente), 2 (Madeira e Açores)
 - c) Correio registado nacional (até 20 g) – 1 (Continente), 2 (Madeira e Açores)
 - d) Encomenda nacional (entre 5 kg e 10 Kg) – 3 (Continente), 5 (Madeira, entre 7 e 15 (Açores)
 - e) Correio normal internacional (até 20 g), para Europa - 5
 - f) Correio azul internacional (até 20 g), para Europa – 3
 - g) Correio registado internacional (até 20 g), para Europa – 3
 - h) Encomenda internacional (entre 5 kg e 10 kg), para Europa - 5
5. O incumprimento dos níveis de serviço mencionados nos números 3 e 4 da presente cláusula levará o contraente público a aplicar uma sanção contratual conforme estabelecido na cláusula 16^a do presente caderno de encargos.
6. Os Níveis de Serviço poderão ser alterados, em função de determinações emitidas pela entidade reguladora (ICP – ANACOM), durante a vigência do contrato a celebrar, bem como por força do disposto em normas legais nacionais ou comunitárias, conforme disposto na alínea m) do n.º 1 da cláusula 6^a do presente caderno de encargos.

SECÇÃO II - Obrigações do contraente público

Cláusula 13.^a

Preço contratual

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público deve pagar ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, que tem de ser igual ou inferior ao preço base definido no presente caderno de encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Não há lugar a revisão de preços durante a vigência do contrato. No entanto, deve observar-se o disposto na alínea m) do n.º 1 da cláusula 6.^a do presente caderno de encargos.



Cláusula 14.^a

Fatura e condições de pagamento

1. O Município de Lisboa aderiu ao Portal da FE-AP para receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração, I.P., pelo que as faturas deverão ser enviadas ao Serviço Municipal e com referência à morada e campos indicados nos números 3 e 4 da presente cláusula, através desta solução.

Assim, para iniciar o processo de adesão à solução FEAP, deverão ser efetuados os seguintes procedimentos:

a) Consulta à informação sobre a fatura eletrónica em:

<https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab5>

b) Consulta à informação específica do processo de adesão dos fornecedores em:

<https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab1>

c) Preenchimento do formulário de adesão em: https://pt.surveymonkey.com/r/FEAP_CIUS

2. Caso não seja possível a utilização da solução do número anterior, a(s) fatura (s) devem ser enviadas temporariamente para o endereço de correio eletrónico dmf.dc@cm-lisboa.pt, devendo os serviços municipais confirmar a sua receção e respetiva validação, pelos mesmos meios, considerando que a emissão das faturas deverá ser efetuada em sistemas informáticos creditados pela Autoridade Tributária e/ou satisfaçam as regras da faturação eletrónica

3. Caso não seja possível a alternativa indicada nos pontos 1 ou 2, as faturas deverão ser emitidas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, Direção Municipal de Finanças, Departamento de Contabilidade e temporariamente remetidas para Edifício Central do Município - Campo Grande n.º 25 - 8º Piso, Bloco A, 1749 - 099 Lisboa.

4. Independentemente da forma de envio, as faturas deverão conter obrigatoriamente o **NIF nº 500051070** e o **“Número de Compromisso”**, indicado no texto do contrato ou na comunicação da adjudicação, sob pena de devolução das mesmas.

5. O prazo para pagamento das faturas é de trinta dias, a contar da data da receção das mesmas nos serviços do contraente público

6. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida ou de nota de crédito/débito, consoante o caso.

7. Desde que emitidas nos termos dos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.

8. Pelos serviços prestados, o cocontratante deverá emitir, por cada um dos clientes expedidores constantes do **Anexo I** ao presente caderno de encargos, uma fatura mensal, em função do número de objetos postais efetivamente entregues ao destinatário, ou seja, aceites, tratados, transportados e distribuídos, durante o mês a que se refere a fatura.

9. Como apoio à conferência por parte do contraente público, cada fatura deverá ser acompanhada dos seguintes documentos de detalhe:

9.1. Informação de 1.º nível



Documento que contenha, por tipo de objeto postal, a respetiva quantidade total entregue aos destinatários e o respetivo preço unitário contratualizado. Esta informação poderá, em alternativa, constar da página principal da fatura.

9.2 Informação de 2.º nível

Documento que contenha, por dia, e, dentro deste, por tipo de objeto postal, a respetiva quantidade entregue aos destinatários e o respetivo preço unitário contratualizado.

Cláusula 15.ª

Gestor do Contrato

1. De acordo com o consubstanciado no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, o contraente público designará um ou mais Gestores do Contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.
2. Caso o contraente público designe mais do que um gestor do contrato, deve definir de forma clara as funções e responsabilidades de cada um.
3. Em casos excecionais devidamente fundamentados, o contraente público poderá contratualizar a gestão do contrato com um terceiro.
4. Antes do início de funções, o Gestor do contrato subscreve a declaração de inexistência de conflito de interesses, conforme modelo previsto no anexo XIII ao CCP.

CAPÍTULO III - Sanções contratuais e resolução

Cláusula 16.ª

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento das obrigações decorrentes do contrato, o contraente público pode exigir ao cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos dos números 2 e 3 seguintes:
2. Pelo incumprimento do nível de serviço constante do n.º 3 da cláusula 12.ª, será aplicada uma sanção calculada da seguinte forma: por cada falha (entendida como entrega não atempada ou falta de entrega), na disponibilização do relatório mensal, será devido 0,5% sobre o preço contratual.
3. Pelo incumprimento dos níveis de serviço constantes das alíneas a) a h) do n.º 4 da cláusula 12.ª, será aplicada uma sanção calculada da seguinte forma: em cada mês e por cada bloco de até 0,5% da totalidade de objetos postais expedidos, independentemente da sua tipologia, que tiveram atraso no prazo de entrega, será devido 0,5% sobre o preço contratual.
4. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula só serão aplicadas após audiência do cocontratante e não obstem a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.
5. Todas as sanções pecuniárias aplicadas ao cocontratante serão descontadas no pagamento da fatura que se siga à decisão de aplicação da sanção pelo contraente público ou serão debitadas ao cocontratante.



Cláusula 17.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual de prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou grupo de sociedades em que se integre, bem como as sociedades ou grupo de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 18.^a

Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

1. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante deverá, caso o contraente assim o entenda, ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento.
2. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpelará, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.
3. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
4. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
5. Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
6. As obrigações assumidas pelo cocontratante, depois da notificação referida no n.º 4, apenas vinculam a



entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.

7. A caução e as garantias prestadas pelo cocontratante inicial são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo contraente público aos respetivos depositários ou emitentes.

8. A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

Cláusula 19.^a

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar grave ou reiteradamente qualquer das obrigações que lhe incumbem, sejam obrigações contratuais, obrigações emergentes da lei, ou de atos administrativos de conformação da relação contratual, designadamente nos seguintes casos:

a) Deixe por qualquer forma, de dar cumprimento às condições previstas por este caderno de encargos e demais legislação vigente;

b) Pelo incumprimento reiterado, seguido ou interpolado, em 3 (três) momentos, dos níveis de serviço constantes, quer no n.º 3, quer nas alíneas a) a h) do n.º 4, ambos da cláusula 12.^a.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao cocontratante, via postal, por meio de carta registada com aviso de receção ou por via de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados com comprovativo de entrega.

3. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba ao contraente público, nos termos gerais de direito.

Cláusula 20.^a

Resolução por parte do cocontratante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 180 (cento e oitenta) dias, ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2. Nos casos previstos no número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

4. Salvo os casos previstos no n.º 1 da presente cláusula, o direito de resolução é exercido por via judicial.

CAPÍTULO IV - Disposições Finais

Cláusula 21.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação

A possibilidade de cessão da posição contratual e subcontratação segue o regime previsto nos artigos 316.º e seguintes do CCP, depende sempre de autorização expressa do contraente público, permanecendo o



cocontratante, no caso da subcontratação, integralmente responsável perante o contraente público pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais.

Cláusula 22.^a

Caução e sua liberação

A liberação da caução segue o regime definido no artigo 295º do CCP.

Cláusula 23.^a

Comunicações e notificações

1. As notificações e comunicações entre as partes do contrato, devem ser dirigidas, nos termos dos artigos 467.º e 468.º do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede de cada uma, identificados no contrato e uma das seguintes vias:

- a) Por correio eletrónico;
- b) Por carta registada com aviso de receção.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito, só sendo válida para os efeitos consagrados no contrato a partir do 5.º dia útil seguinte ao da sua receção.

3. As partes devem identificar no contrato as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico e o endereço postal.

Cláusula 24.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato contam-se de acordo com as seguintes regras:

- a) A contagem dos prazos inicia-se no dia seguinte à ocorrência do evento a partir do qual deve ser contado.
- b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e dias feriados.
- c) Quando o último dia de um prazo for um sábado, domingo, feriado ou dia em que os serviços do contraente público, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para o primeiro dia útil subsequente.

Cláusula 25.^a

Proteção de dados pessoais

1. Nos termos e para os efeitos da prestação de serviços objeto do presente Caderno de Encargos, o Adjudicatário/Cocontratante, que assume a posição de Subcontratante, obriga-se a tratar os dados pessoais, cujo Responsável pelo tratamento é a Entidade Adjudicante, de acordo com as finalidades, os meios, as medidas técnicas e organizativas e de segurança, bem como demais obrigações previamente definidas pela Entidade Adjudicante e que se encontram plasmadas no “Acordo de Tratamento de Dados”, cuja minuta constitui o **Anexo II** do presente Caderno de Encargos, o qual constituirá, após a adjudicação, um anexo ao Contrato e do mesmo fará parte integrante.

2. Para garantia do cabal cumprimento da proteção de dados pessoais, o Adjudicatário/Cocontratante obriga-se, igualmente, a prestar os serviços objeto do presente Caderno de Encargos, de acordo com as limitações ao tratamento de dados pessoais decorrentes da lei laboral e demais normativos aplicáveis.



3. Caso seja celebrado contrato escrito, os dados pessoais contidos no mesmo são considerados necessários para a formalização e execução do mesmo e, ainda, se necessário, para o cumprimento de outras obrigações legais, sendo aqueles de conservação permanente, em conformidade com o estipulado no artigo 5.º, n.º 1, alíneas b) e e) e no artigo 89.º, ambos do RGPD, e no artigo 21.º, n.º 2, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.
4. O Contraente Público poderá transmitir os dados pessoais a que se refere o presente artigo aos seus colaboradores, prestadores de serviços e subcontratantes para o cumprimento das finalidades acima referidas e, bem assim, a autoridades judiciais, fiscais, regulatórias ou outras para o cumprimento de imposições legais ou regulamentares.
5. Os titulares têm os seguintes direitos sobre os dados pessoais que lhes digam respeito:
- a) A exercer perante o Município de Lisboa: direito de informação; direito de acesso; direito de retificação dos dados inexatos; direito ao apagamento; direito à limitação do tratamento; direito de portabilidade dos dados; direito de oposição ao tratamento; direito a não ficar sujeito a decisões exclusivamente automatizadas, incluindo a definição de perfis; nas situações de consentimento, direito de retirar consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado;
 - b) A exercer perante o Encarregado de Proteção de Dados (através do email dpo@cm-lisboa.pt ou por carta para Campo Grande, 25, Bloco E, 2º Piso, 1749-099 Lisboa): direito de apresentar exposições;
 - c) A exercer perante a autoridade de controlo (nomeadamente, Comissão Nacional de Proteção de Dados): direito de apresentar reclamação;
 - d) A exercer perante as instâncias jurisdicionais competentes: direito a ação judicial e a indemnização no caso de violação dos seus direitos.
6. Na publicitação do contrato, devida em cumprimento do Código dos Contratos Públicos, o Contraente Público procederá previamente ao expurgo dos dados pessoais dos intervenientes que não sejam necessários para assegurar esta finalidade.

Cláusula 26.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 27.ª

Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente caderno de encargos, aplicar-se-á o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, e demais legislação complementar.



PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 28.^a

Aceitação de objetos postais

1. O cocontratante deverá assegurar que a aceitação dos objetos postais (correspondências postais e encomendas postais), abrangidos no âmbito do serviço postal universal, seja efetuada separadamente por cada um dos clientes expedidores constantes do Anexo I ao presente caderno de encargos e dos que venham a existir durante a vigência do contrato.
2. Os 3 (três) clientes expedidores que no Anexo I ao presente caderno de encargos têm a expressão “*a indicar em sede de execução do contrato*” na coluna “MORADA”, são clientes expedidores indiretos, ou seja, é o respetivo prestador de serviços a quem o Município de Lisboa contratualizou o Serviço de Printing e Finishing, que entregará ao cocontratante, os objetos postais para expedição.
3. Os nomes dos clientes expedidores e as respetivas moradas, poderão ser alterados durante a vigência do contrato, decorrente de alterações na Estrutura Orgânica do Município ou na área educativa, ou mesmo por motivos de obras nos edifícios onde se encontram sediados, sendo as alterações transmitidas pelo contraente público ao cocontratante sempre que tal se verifique.
4. No caso de a aceitação dos objetos postais ser assegurada mediante a recolha dos mesmos pelo cocontratante nas suas instalações, estas deverão localizar-se dentro do perímetro urbano do Município de Lisboa.
5. A recolha dos objetos postais de cada um dos clientes expedidores deverá ser efetuada uma vez por dia, em todos os dias úteis, quer seja mediante entrega pelos diversos clientes expedidores nas instalações do cocontratante, quer seja mediante recolha pelo cocontratante nas instalações de cada um dos clientes expedidores.
6. No caso de a aceitação dos objetos postais ser assegurada mediante a recolha dos mesmos nas instalações de cada um dos clientes expedidores, em sede de execução do contrato, o contraente público indicará ao cocontratante o horário de recolha dos mesmos, em relação a cada cliente expedidor, que poderá ser de manhã ou de tarde. Todavia, determina-se desde já que o horário da manhã a fixar será depois das 9h e o horário da tarde a fixar será até às 17h.
7. Caso o cocontratante tenha indicado na sua proposta, no Anexo II (Minuta da proposta), que as recolhas dos objetos postais serão efetuadas com recurso a veículos elétricos (ainda que não na sua totalidade), em cada recolha deverão apresentar ao interlocutor do cliente expedidor o Documento único Automóvel que comprove esse facto. O incumprimento desta obrigação contratual implicará a aplicação de uma sanção nos termos do previsto na cláusula 16.^a do presente caderno de encargos, sem prejuízo de resolução do contrato à luz do disposto na sua cláusula 19.^a.
8. O cocontratante deverá disponibilizar ao contraente público, sem custos acrescidos para este, um documento que lhe permita registar, por cada cliente expedidor e por cada entrega diária de objetos postais destinados a expedição, as quantidades entregues por cada tipo de objeto postal.
9. Caso o cocontratante disponibilize, sem custos acrescidos para o contraente público, uma aplicação, com acesso via web e credenciação segura e adequada, com vista a assegurar o preenchimento, pelo contraente público, do documento referido no número anterior, com possibilidade de impressão e/ou salvaguarda para o



ambiente do contraente público, a mesma deverá estar disponível para utilização assim que o contrato se inicie.

10. Por cada entrega de objetos postais pelo contraente público, o cocontratante deverá verificar se estes respeitam os limites de dimensões e peso em vigor para os serviços contratados, e demais regras de normalização aplicáveis aos objetos postais.

11. O cocontratante deverá igualmente verificar se os objetos postais se encontram devidamente acondicionados, por forma a proteger a sua integridade durante o transporte e a evitar danos, a si e/ou a terceiros.

12. O cocontratante não deverá aceitar objetos interditos, nos termos dos Atos da União Postal Universal, bem como os expressamente excluídos no Regulamento do Serviço Público de Correios, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 176/88, de 18 de maio, na sua versão atual, e demais legislação aplicável.

Cláusula 29.ª

Relatórios de Monitorização de Serviço

1. O cocontratante deverá emitir, em cada mês, e por cada cliente expedidor, um relatório, em simultâneo com a emissão da fatura e respetivos documentos de detalhe referidos no n.º 9 da cláusula 14ª do presente caderno de encargos, com a seguinte informação:

Dia / Hora de Aceitação– dia e hora de entrega do objeto postal pelo contraente público ao cocontratante
Tipo – Tipo de objeto postal
Objeto postal – codificação atribuída ao objeto postal
Dia / Hora de Entrega - dia e hora de entrega do objeto postal pelo cocontratante ao destinatário
Duração do serviço – Período de tempo decorrido entre a aceitação e a entrega do objeto postal ao destinatário

2. O relatório mensal referido no número 1 da presente cláusula (entendido como o relatório que contém todos os objetos postais entregues pelo contraente público ao cocontratante, desde o primeiro ao último dia do mês), deverá estar disponível até ao 8º (oitavo) dia, inclusive, do mês seguinte ao qual o mesmo se refere.

3. O relatório mensal referido no número 1 da presente cláusula, deverá ser disponibilizado em formato digital (.pdf), para um endereço de correio eletrónico, a indicar posteriormente pelo contraente público.



ANEXO I

LISTA DOS CLIENTES EXPEDIDORES



NOME	MORADA	CÓDIGO POSTA
Gabinete de Apoio à Presidência (GAP)	Rua do Ouro, nº 49 - 5.º	1100-060
Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços Municipais (DAOSM)	Campo Grande, nº 25	1749-099
Departamento Jurídico (DJ)	Rua do Ouro, nº 49 - 4.º	1100-060
Departamento Jurídico / Divisão de Contraordenações (DJ/DCO)	(a indicar em sede de execução do contrato)	
Departamento de Receitas e Financiamento / Divisão de Registo, Gestão, Liquidação e Promoção da Receita (DRF/DRGLPR)	(a indicar em sede de execução do contrato)	
Polícia Municipal (PM)	(a indicar em sede de execução do contrato)	
Agrupamento Escolar Alto do Lumiar	Avenida Carlos Paredes, s/n	1750-314
Agrupamento Escolar de Alvalade	Rua Marquês de Soveral, s/n	1749-063
Agrupamento Escolar do Bairro Padre Cruz	Rua Professor Arsénio Nunes, s/n	1600-597
Agrupamento Escolar de Benfica	Rua Professor José Sebastião e Silva, s/n	1500-500
Agrupamento Escolar D. Dinis	Rua Manuel Teixeira Gomes, s/n	1950-186
Agrupamento Escolar D. Filipa de Lencastre	Avenida Magalhães Lima, s/n	1000-197
Agrupamento Escolar Eça de Queirós	Rua Cidade de Benguela, 303	1800-071
Agrupamento Escolar Fernando Pessoa	Rua Cidade de Carmona, s/n, Olivais Sul	1800-081
Agrupamento Escolar Francisco de Arruda	Calçada da Tapada, nº 152	1349-048
Agrupamento Escolar Gil Vicente	Rua da Verónica, nº 37	1170-384
Agrupamento Escolar das Laranjeiras	Estrada das Laranjeiras, nº 122	1600-136
Agrupamento Escolar Luís António Verney	Rua Marquês de Olhão, s/n	1900-330
Agrupamento Escolar Luís de Camões	Avenida Padre Manuel da Nóbrega, nº 15	1000-223
Agrupamento Escolar Manuel da Maia	Rua Freitas Gazul, nº 6	1350-147
Agrupamento Escolar Marquesa de Alorna	Rua Dr. Júlio Dantas, s/n	1070-095
Agrupamento Escolar Nuno Gonçalves	Avenida General Roçadas, nº 40	1170-163
Agrupamento Escolar das Orlas	Rua Professor Mira Fernandes, s/n	1900-383
Agrupamento Escolar Padre Bartolomeu de Gusmão	Rua Coronel Ribeiro Viana, s/n	1399-040
Agrupamento Escolar Passos Manuel (Baixa - Chiado)	Travessa do Convento de Jesus, s/n	1249-027
Agrupamento Escolar Patrício Prazeres	Rua Matilde Rosa Araújo, s/n	1900-057
Agrupamento Escolar Pintor Almada Negreiros	Rua Vasco da Gama Fernandes, nº 9	1750-443
Agrupamento Escolar Professor Lindley Cintra	Rua Mário Sampaio Ribeiro, s/n	1600-506
Agrupamento Escolar Quinta de Marrocos	Estrada de Benfica, nº 549	1549-017
Agrupamento Escolar Rainha D. Leonor	Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, s/n	1749-069
Agrupamento Escolar do Restelo	Rua Antão Gonçalves, s/n	1400-015
Agrupamento Escolar de Santa Maria dos Olivais	Avenida Dr. Francisco Luís Gomes, s/n	1800-178
Agrupamento Escolar Vergílio Ferreira	Rua do Seminário, s/n (Quinta dos Inglesinhos)	1600-764
Escola Artística António Arroio	Rua Coronel Ferreira do Amaral, s/n	1900-165
Escola Secundária Pedro Nunes	Avenida Álvares Cabral, s/n	1269-093
Escola Secundária Rainha Dona Amélia	Rua Jau, nº 11	1349-002
Escola Secundária Fonseca Benevides	Rua Jau, s/n (Alto de Santo Amaro)	1300-312
Escola Artística de Dança do Conservatório Nacional	Rua João Pereira da Rosa, nº 22	1200-236
Escola Artística de Música do Conservatório Nacional	Rua dos Caetanos, nº 29 (Está temporariamente a funcionar nas oficinas da Escola Secundária Marquês de Pombal, enquanto o edifício está com obras de recuperação: Rua Alexandre Sá Pinto, s/n)	1249-115
Escola Profissional de Ciências Geográficas	Rua Artilharia Um, nº 107, edifício 1, piso 2	1099-052
Escola Secundária Camões	Praça José Fontana, s/n	1050-129
Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho	Rua Rodrigo da Fonseca, nº 115	1099-069
Escola Secundária Marquês de Pombal	Rua Alexandre Sá Pinto, s/n	1349-003
Escola Artística do Instituto Gregoriano de Lisboa	Avenida 5 de Outubro, nº 258	1600-038



ANEXO II

Acordo de Tratamento de Dados

Entre:

Município de Lisboa, pessoa coletiva número 500051070, com sede na Praça do Município, Paços do Concelho, Lisboa, neste ato representada por _____, na qualidade de _____, e com poderes para o presente ato, no âmbito das competências subdelegadas nos termos do despacho _____, de ora em diante designada por **Entidade Adjudicante** ou **Responsável pelo tratamento**.

E

_____, adiante designado por **Adjudicatário** ou **Subcontratante**;

Doravante também designadas, individualmente, por **Parte** ou, conjuntamente, por **Partes**,

Considerando que:

- a) A **Entidade Adjudicante** e o **Adjudicatário** celebraram entre si um contrato de aquisição de serviços postais, doravante designado abreviadamente por “**Contrato**”;
- b) Para o cumprimento das obrigações assumidas com a celebração do **Contrato**, o **Adjudicatário** poderá proceder ao tratamento de dados pessoais por conta e em representação da **Entidade Adjudicante**;
- c) Relativamente ao tratamento de dados pessoais feito em nome da **Entidade Adjudicante** no âmbito do Contrato, o **Adjudicatário** atua na qualidade de **Subcontratante** e aquela como **responsável pelo tratamento**;
- d) O Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (doravante designado apenas por “RGPD”), impõe um conjunto de obrigações na relação entre Responsáveis pelo Tratamento e Subcontratantes,
- e) A **Entidade Adjudicante** considera fundamentais, para o cumprimento do **RGPD**, o estabelecimento de regras subjacentes à recolha e tratamento de dados pessoais, segurança e privacidade de dados, pelos quais se deverá reger a sua relação com o **Adjudicatário** que procederá ao tratamento de dados pessoais, no âmbito do Contrato, por sua conta e representação, e na qualidade de **Subcontratante**;



- f) Pelo presente Acordo, serão estabelecidas as obrigações e deveres de ambas as **Partes**, para garantia de cumprimento do **RGPD**,

É livremente, e de boa-fé ajustado e reciprocamente aceite o presente Acordo de Tratamento de Dados, o qual, integrando os Considerandos anteriores, se regerá pelas cláusulas seguintes e pelos seus Anexos e, no que for omissos, pela legislação aplicável.

Cláusula Primeira

Definições

Para efeitos do presente acordo, todas as expressões que se refiram a matéria de tratamento e proteção de dados pessoais, terão o significado que consta do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, pelo que, em caso de dúvida na sua interpretação, deverão as **Partes** recorrer e socorrer-se do estipulado neste Regulamento.

Cláusula Segunda

Objeto

1. Pelo presente Acordo, as Partes obrigam-se a definir e implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias e adequadas ao cumprimento do RGPD e respetiva lei nacional de execução, tendo em consideração a finalidade do estabelecimento da relação entre as Partes, bem como as inerentes atividades de recolha e tratamento de dados pessoais.
2. Se o Contrato for objeto de alguma alteração e da mesma resultar a necessidade de adaptar ou introduzir novas atividades de tratamento de dados pessoais em nome do Responsável pelo tratamento, as Partes deverão assegurar que este Acordo é devidamente atualizado em conformidade e que tal ocorrerá em momento prévio ao(s) tratamento(s).

Cláusula Terceira

Vigência e Duração

O Subcontratante reconhece e aceita que o tratamento de dados pessoais deve ser feito em estrita observância da legislação aplicável em matéria de proteção de dados e do estipulado no presente Acordo e apenas durante o tempo em que vigorar a relação contratual estabelecida entre si e o Responsável pelo tratamento, sem prejuízo da obrigação de sigilo, que perdura após o termo do contrato.



Cláusula Quarta

Categorias de Dados Pessoais

Para efeitos do presente Acordo, as categorias de dados pessoais utilizadas para o cumprimento das finalidades previstas na Cláusula seguinte são as seguintes:

- a) Nome completo;
- b) Morada;
- c) Contacto telefónico;
- d) Endereço de correio eletrónico.

Cláusula Quinta

Finalidade(s) e licitude do Tratamento

1. Para efeitos do presente Acordo, o tratamento de dados pessoais descritos na cláusula anterior do presente Acordo tem como finalidade a prestação de serviços postais, nomeadamente serviços de aceitação, tratamento, transporte e distribuição de objetos postais, nas modalidades e condições constantes dos Anexos I, II e III ao contrato.
2. O tratamento de dados pessoais tem como fundamentos de licitude os previstos nas alíneas c) e e) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD.

Cláusula Sexta

Tratamentos de Dados

1. Para efeitos do presente acordo, as operações de tratamento a realizar para o cumprimento das finalidades suprarreferidas, são as seguintes:
 - a) Recolha;
 - b) Registo;
 - c) Organização;
 - d) Conservação;
 - e) Consulta;

Cláusula Sétima

Obrigações das Partes

- 1 – Nos termos e para os efeitos do presente Acordo, constituem obrigações do Responsável pelo tratamento:



- a) Aconselhar as medidas de segurança e privacidade subjacentes às atividades de tratamento dos dados pessoais levados a cabo pelo Subcontratante;
- b) Informar o Subcontratante de todas as circunstâncias relevantes para a realização do tratamento de dados, atendendo sobretudo à especificidade das finalidades descritas no presente Acordo e os potenciais riscos envolvidos;
- c) Comunicar ao Subcontratante quaisquer alterações que se tenham verificado nos dados pessoais em tratamento;
- d) Definir prazos de conservação de dados pessoais ou, quando tal não seja possível, indicar as circunstâncias que ditam a finalidade da conservação, tal como se segue:
 - i. O tempo estritamente necessário para a execução dos deveres contratuais, salvo se outro prazo resultar de disposições legais específicas, nos termos definidos na política de privacidade do subcontratante.

2 – Constituem obrigações do Subcontratante:

- a) Utilizar os dados pessoais objeto de tratamento unicamente para as finalidades que determinaram a sua recolha, não podendo em caso algum utilizá-los com finalidades distintas daquelas para as quais os dados foram recolhidos.
- b) Tratar os dados de acordo com as instruções do Responsável pelo tratamento.
- c) No caso de considerar que algumas das instruções do Responsável pelo tratamento violam o RGPD ou qualquer disposição, em matéria de proteção de dados, nacional ou da UE deve informar, de imediato, o Responsável pelo tratamento;
- d) Deve elaborar um registo de todas as atividades de tratamento efetuadas por conta do Responsável que contenham:
 - 1) Os tratamentos efetuados por conta do Responsável pelo tratamento;
 - 2) Descrição geral das medidas técnicas e organizativas de segurança:
 - i) A pseudonimização e a cifragem dos dados pessoais;
 - ii) A capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanente dos serviços de tratamento;
 - iii) Capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada em caso de incidente físico ou técnico;
 - iv) Ter um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento;
- e) Prestar assistência ao Responsável pelo tratamento na realização de avaliações de impacto sobre a proteção de dados;
- f) Dar apoio ao Responsável pelo tratamento quando haja lugar a consultas prévias junto da Autoridade de controlo (CNPd);



- g) Designar um Encarregado de Proteção de Dados e comunicar ao Responsável pelo tratamento a sua identidade e contactos (caso seja aplicável);
- h) Assumir o compromisso de cumprimento de um Código de Conduta ou de um procedimento de certificação (quando aprovados pelo Comité Europeu ou pela Autoridade de Controlo – CNPD) para demonstrar o cumprimento de todas estas obrigações;
- i) Não subcontratar quaisquer entidades para a prossecução de atividades das quais resultem tratamento de dados, salvo quando exista autorização prévia e por escrito do Responsável pelo tratamento.
- j) Prestar toda a assistência necessária e solicitada pelo Responsável pelo tratamento para que este consiga assegurar eficazmente o cumprimento de todas as obrigações que decorrem do disposto nos artigos 32.º a 36.º do RGPD

Cláusula Oitava

Subcontratação

1. Caso o Responsável pelo tratamento autorize a subcontratação do tratamento pelo Subcontratante nos termos do número anterior, deverá este impor a esse outro Subcontratante, mediante a celebração de um contrato escrito, as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados impostas ao Subcontratante e estabelecidas no presente Acordo.
2. Para cumprimento do disposto no número anterior, o Subcontratante deverá apresentar o contrato escrito ao Responsável pelo tratamento, com a antecedência mínima de 45 dias, reservando-se este do direito de recusar a subcontratação caso entenda que o mesmo não assegura o mesmo nível de proteção que o presente Acordo, sem que daí lhe advenha qualquer responsabilidade perante o Subcontratante.
3. O Subcontratante reconhece e aceita que será plenamente responsável perante o Responsável pelo tratamento pelo incumprimento de qualquer obrigação em matéria de proteção de dados por qualquer subcontratante por si contratado.

Cláusula Nona

Medidas de segurança do tratamento

1. No âmbito do presente Acordo e para cumprimento do objeto do mesmo, nos termos do artigo 32º do RGPD, o Subcontratante obriga-se a adotar as medidas técnicas e organizativas pertinentes para garantir um nível de segurança dos dados pessoais adequado ao risco, bem como contra destruição, perda, alteração, divulgação não autorizada, acesso accidental ou ilegal.
2. O previsto no número anterior concretiza-se através da implementação das medidas definidas pelo standard internacional ISO/IEC 27001:2013 ou equivalente, bem como das normas comunitárias, da legislação e das recomendações nacionais específicas em matéria de



segurança da informação, designadamente, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março.

3. Em qualquer caso o Subcontratante deve implementar mecanismos que consigam garantir a segurança dos tratamentos designadamente as previstas nas alíneas a), b), c), d) do n.º 1 do artigo 32.º do RGPD.
4. Nos termos e para os efeitos do disposto nos números 1 e 2 da presente Cláusula, deverá o Subcontratante considerar os seguintes princípios aplicáveis à segurança da informação: (esta versão da Cláusula Quarta vigora enquanto não for aprovada a Política de Segurança e Privacidade do Município de Lisboa)
 - a) Garantia de proteção - a informação é um recurso crítico para o eficaz desenvolvimento de todas as atividades do Responsável pelo tratamento, sendo assim fundamental garantir a sua adequada proteção, nas vertentes de integridade, autenticidade, disponibilidade e confidencialidade;
 - b) Sujeição à lei - tanto a política como as tarefas executadas no seu âmbito estão sujeitas à legislação aplicável, bem como às normas e regulamentos internos aprovados pelas entidades competentes;
 - c) Necessidade de acesso - o acesso à informação deve restringir-se, exclusivamente, às pessoas que tenham necessidade de a conhecer para cumprimento das suas funções e tarefas;
 - d) Transparência - deve assegurar-se a transparência, conjugando o dever de informar com a fixação, de forma clara, das regras e procedimentos a adotar para a segurança da informação sob a responsabilidade do Responsável pelo tratamento;
 - e) Proporcionalidade - as atividades impostas pela segurança da informação devem ser proporcionais aos riscos a mitigar e limitadas ao necessário, minimizando a entropia no regular funcionamento do Responsável pelo tratamento;
 - f) Obrigatoriedade de cumprimento - as políticas e procedimentos de segurança definidos devem ser integrados nos processos de trabalho e a execução das tarefas diárias deve ser pautada pelo seu cumprimento;
 - g) Responsabilidades - as responsabilidades e o papel das entidades intervenientes na segurança da informação devem ser definidas de forma clara e ser alvo de monitorização e auditoria periódicas;
 - h) Informação - todas as políticas e procedimentos específicos devem ser publicitados e comunicados a todos os utilizadores que deles necessitem para o desempenho das suas funções e tarefas;
 - i) Formação - deve ser planeado, aprovado e executado um plano de formação e de divulgação que incida sobre o domínio da segurança da informação e sobre as políticas e procedimentos específicos adotados neste âmbito;
 - j) Avaliação do risco - deve ponderar-se a necessidade de proteção da informação em função da sua relevância e das ameaças que sobre ela incidem. A avaliação do risco deve identificar, controlar e eliminar os diversos tipos de ameaças a que a informação se



encontra sujeita. Os níveis de segurança, custo, medidas, práticas e procedimentos devem ser apropriados e proporcionais ao valor e ao nível de confiança da informação;

- k) Comunicação, registo e ponto de contacto único - todos os incidentes de segurança, bem como as fragilidades, têm de ser objeto de comunicação imediata e registo de forma a proporcionar uma resposta célere aos problemas. O processo de registo deve prever a identificação de um ponto único de contacto para onde devem ser canalizados todos os relatos;
- l) Sanções - a não observância das disposições de segurança da informação que se encontrem em vigor, será considerada como infração às normas aplicáveis e, como tal, será sujeita a sanções e medidas corretivas apropriadas de acordo com a legislação e normativos aplicáveis, ou que para o efeito venham a ser estabelecidos.

Cláusula Décima

Confidencialidade

1. Para efeitos do presente Acordo, o Subcontratante obriga-se a não divulgar e/ou publicar qualquer informação a que tenha acesso, no âmbito da execução das suas atividades.
2. A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula vincula o Subcontratante durante a vigência do contrato e após a sua cessação, independentemente da causa da sua cessação.
3. A obrigação referida no n.º 1 cessa se a informação for do conhecimento público, exceto se tal acontecer em razão da violação do dever de confidencialidade imposto por esta Cláusula, cabendo, em caso de litígio, ao Subcontratante provar que a informação já era do conhecimento público antes da divulgação ou execução por si.
4. O Subcontratante deverá garantir que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e a cumprir as medidas de segurança correspondentes.
5. O Subcontratante deverá rever periodicamente a lista das pessoas a quem foi concedido o acesso aos dados a qual, poderá ser retirado em função do resultado da revisão efetuada.
6. O Subcontratante deverá manter à disposição do Responsável pelo Tratamento a documentação que comprove a obrigação de confidencialidade.

Cláusula Décima Primeira

Tutela dos direitos dos titulares dos dados pessoais

1. As Partes reconhecem que o exercício dos direitos por parte dos titulares dos dados pode ser efetuado diretamente, quer junto do Subcontratante, quer junto do Responsável pelo tratamento e/ou, se determinado, pela Autoridade de Controlo.
2. Neste sentido, e no âmbito da tutela dos direitos dos titulares dos dados pessoais, compete ao Subcontratante, obrigando-se este a:
 - a) Garantir o exercício de quaisquer direitos ao titular dos dados;



- b) No momento da recolha dos dados, prestar toda a informação relativa ao tratamento dos seus dados;
- c) Prestar toda a assistência necessária ao Responsável pelo tratamento, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;
- d) Informar o Responsável pelo tratamento de eventuais retificações ou situações de apagamento dos dados pessoais que ocorram em virtude de uma solicitação dos titulares de dados pessoais, mediante notificação para o endereço de correio eletrónico indicado pelo Responsável pelo tratamento, imediatamente após o pedido formulado pelo titular dos dados, mas nunca depois do prazo de 24 horas, instruída com as informações relevantes para a resolução do pedido.

Cláusula Décima Segunda

Violação de dados pessoais

1 - O Subcontratante notificará o Responsável pelo tratamento, sempre antes do prazo máximo de 72h estabelecido no RGPD, de todas as violações de dados pessoais de que tenha conhecimento, nos termos estabelecidos no artigo 33.º, n.º 3 do RGPD.

2 - Compete ao Subcontratante comunicar as violações de segurança de dados à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), a qual, deverá conter a seguinte informação:

- a) Descrever a natureza da violação de segurança dos dados pessoais e o número aproximado de afetados;
- b) Incluir o nome e os dados de contacto do Encarregado de Proteção de Dados;
- c) Descrever as consequências da violação da segurança dos dados pessoais;
- d) Descrever as medidas adotadas para impedir a violação de segurança dos dados pessoais incluindo as medidas de mitigação dos possíveis efeitos negativos.

Cláusula Décima Terceira

Auditorias

O Subcontratante assume o compromisso de disponibilizar ao Responsável pelo tratamento todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das suas obrigações e facilita e contribui para o cumprimento das auditorias ou inspeções conduzidas pelo Responsável pelo tratamento ou por auditor por este mandatado, inclusive nas suas próprias instalações.

Cláusula Décima Quarta

Destino dos dados

O Subcontratante compromete-se a devolver ao Responsável pelo tratamento todos os dados pessoais depois de cumpridas as finalidades indicadas pelo Responsável pelo Tratamento, devendo ainda apagar, nesse momento, todas as restantes cópias ou versões que contenham os referidos dados, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do Direito da União ou dos Estados Membros.



Cláusula Décima Quinta
(Suspensão e ou Resolução)

1. A efetiva existência de uma situação de incumprimento, quer do presente Acordo, quer dos normativos constantes do RGPD e da legislação nacional de execução, é causa bastante para a resolução do mesmo, podendo o Subcontratante incorrer em responsabilidade civil perante o Responsável pelo tratamento.
2. A verificação do disposto em qualquer dos números anteriores tem como consequência direta a cessação da execução do objeto do presente Acordo, podendo implicar para o Subcontratante, o dever de indemnização ao Responsável pelo tratamento por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula Décima Sexta
(Divergências)

Caso se verifique qualquer conflito ou divergência entre as disposições constantes do presente Acordo e o Contrato, deverão prevalecer os termos previstos no presente Acordo.

Cláusula Décima Sétima
(Disposição Final)

As Partes acordam que o presente Acordo faz parte integrante do Contrato, pelo que, deverá ser anexado ao mesmo.

Celebrado em Lisboa, em de de, em dois exemplares, que ficam na posse de cada uma das Partes

A ENTIDADE ADJUDICANTE

O ADJUDICATÁRIO
